

Jornadas de Teologia. Universidade Católica – Porto – 30 de janeiro de 2018.

Arco Maior: dar oportunidades educativas a quem é excluído da escola.

Joaquim Azevedo¹

Após a apresentação breve acerca do que tem sido a história do Arco Maior, como nascemos e temos vindo a crescer, no Porto e em Gaia, através de algumas imagens, deixo à vossa consideração umas breves reflexões, no quadro destas Jornadas.

A nossa missão

Somos um projeto socioeducativo com a missão de acolher jovens que abandonaram e foram abandonados pelas escolas públicas da cidade e que se encontram remetidos (para não incomodarem nem serem incomodados) para a invisibilidade, escondidos nos seus bairros. Temos como objetivo principal ajuda-los a re-construir projetos de vida; pelo caminho podem obter também a certificação escolar 6º - 9º - 12º anos, diplomas de que carecem para acesso à ao emprego e à cidadania (apenas isso, acesso).

Digo-vos, de passagem, algo que não podemos ignorar: a cidade do Porto tem 6% dos seus alunos com processos abertos nas CPCJ: o alarme não podia ser mais estridente!

De facto, além das profundas desigualdades que caracterizam a cidade do Porto, com bolsas de pobreza muito alargadas e vincadas, a escola pública que a todos acolhe é, ao mesmo tempo, uma instituição muito violenta que não sabe acolher a diferença, que tenta normalizar os seres humanos compulsivamente, que se impõe, autoritária e sobranceira, através de um modo de comunicação muito agressivo e fá-lo durante muito tempo, sobre as crianças e os adolescentes, pessoas concretas e únicas que moram em cada um dos alunos, e desde muito tenra idade. Resultado: a maquinaria escolar centrifuga anualmente centenas de adolescentes, lançando-os para a margem do rio.

A nossa intervenção, como projeto socioeducativo e não como projeto assistencialista, tem duas linhas de força:

-acolher cada um destes adolescentes e jovens condenados também pela escola à marginalidade;

-criticar, sem descanso, a escola que gera tal “lixo humano” e o deposita como se nada fosse pelos cantos da cidade.

(Os que de dia expulsamos das escolas - expulsamos para onde? - reaparecem ao fim do dia ou de noite e levam-nos a carteira ou o carro e desgraçam a sua vida).

Havia uma expectativa de escolarização em torno destas crianças que não se cumpriu; eles, à custa de serem maltratados como alunos, foram transformados e

¹ Professor da Faculdade de Educação e Psicologia da UCP (Porto).

transformaram-se em não-alunos; e os não-alunos, de facto, interiorizam que não têm lugar na escola!

Estas crianças e estes adolescentes são progressivamente remetidos para a margem, encaminhados para a exclusão, primeiro dentro da escola e depois para fora da escola.

O nosso desafio é este: ir ter com eles e convidá-los a fazer um outro percurso socioeducativo, uma aventura que talvez seja fascinante.

Mas....

Como educar, ensinar e fazer aprender, então, não-alunos?

É simples... :)

Criámos uma não-escola.

Uma coisa é certa:

a maquinaria escolar que fabricou esta exclusão, porque que pensa que pode e deve fabricar as pessoas segundo um determinado molde, não pode continuar ser a nossa principal inspiração educacional. É do fracasso da instituição escolar que falamos quando falamos do abandono escolar ou do Arco Maior.

Em resumo, somos uma não-escola para não-alunos, que existe desde 2013.

As nossas práticas

Trabalhamos em espaços próprios, cedidos por IPSS e pelo ME, com grupos de 24 jovens, divididos em dois subgrupos, no desenvolvimento de boa parte das atividades. Somos 4 polos, no Porto e em Gaia, e atendemos perto de 130 jovens, neste momento.

A proposta educativa e formativa é totalmente aberta: o ME, para nos autorizar, reconhece-nos como PIEF ou EFA, neste último caso para os maiores de 18 anos, mas tomamos isto como a base de trabalho, como uma autorização formal.

Os jovens são inscritos como uma turma de um AE próximo, servindo esta ligação formal para que o AE nos ceda os docentes. (Sempre quisemos escolher os docentes, entre os milhares que a cidade tem, porque este trabalho é muito duro, mas o ME não nos autoriza!)

Aproveito a vossa disponibilidade para refletirmos juntos para vos propor três breves áreas de reflexão:

Iluminar os “invisíveis”

Ouvimos dizer: “o abandono escolar quase não existe”, “a escola pública acolhe todos sem exceção”, ou, como me dizia, no ano passado, um professor em Beja, “esses jovens de que o professor fala, rejeitados pelas escolas públicas, não existem, pois eles estão sempre obrigatoriamente matriculados numa escola até aos 18 anos”.

Pois é: a realidade custa sempre mais a ver do que a fantasia que sobre ela fomos criando. De tal modo a “criatura” fantasiada nos encanta e nos é cómoda que a trocamos pela realidade nua e crua. E esta, pura e simplesmente, passa a não existir. Já não a queremos captar no nosso radar e negamo-la, em nome de belos princípios legalmente estabelecidos.

(Como dizia João Duque, depois de termos querido expulsar do nosso mundo Deus e o Homem, expulsamos agora a realidade. A sequência é clara!)

Ainda por cima os jovens que vão sendo abandonados, em processos lentos e multifacetados, primeiro dentro da escola e depois empurrados da escola para fora, são “invisíveis”, como diz uma investigadora francesa Bernot-Caboche² Vão para os seus bairros, deambulam pela cidade mais de noite do que de dia, não procuram ou disputam os empregos disponíveis, pois nem 6º ou 9º ano possuem, deixam-se enfeitiçar com drogas, fazem pequenos assaltos, e é mesmo bom que não sejam visíveis e, sobretudo, que não regressem ao espaço escolar, que não venham mais infernizar as aulas.

Assim, a invisibilidade destes jovens é também uma construção social e política na qual a escola colabora ativamente, depois de os ter abandonado.

É preciso sermos claros. A rejeição escolar praticada pela escola pública portuguesa existe e é preciso pararmos para a podermos pensar.

De facto, há jovens que tentam mudar de escola e muitos outros que são obrigados a fazê-lo e têm de bater à porta de uma outra escola pública da cidade, de duas, três e até cinco escolas e são sempre rejeitados, com base na análise dos seus “processos individuais”, razão que depois é travestida em argumentos administrativos tais como “não há vagas disponíveis”. Uma há, no fim da linha, já entregue à sorte que lhe foi ditada no espaço público, uma espécie de “escola-vassoura”, que acaba por aceitar a sua matrícula ou transferência, nem que seja por força de uma imposição hierárquica, mas essa é já uma escola estigmatizada, daquelas que a cidade criou para acolher o “lixo” que as outras não querem receber.

Isto é inconcebível numa escola e numa sociedade democrática e justa.

Estas práticas não podem ser também invisíveis ou invisibilizadas, sob pena de elas alastrarem e se cristalizarem, como está a suceder, contribuindo para acentuar as desigualdades sociais e para penalizar os mais pobres e abandonados entre as crianças e os adolescentes.

Compaixão e denúncia

No Arco Maior, assim como se pratica a compaixão, desenvolve-se também a indignação e a denúncia. O Arco Maior não é um projeto assistencialista para jovens em abandono, é um projeto educativo exigente, que com eles cria um clima propício à sustentação de mudanças pessoais de projetos de vida, com dignidade e responsabilidade.

Por isso, enquanto o nosso coração aprende a colocar-se ao lado da miséria, aprendendo a ser misericordioso, a nossa boca não pode calar a injustiça exposta nas feridas profundas que as escolas cavaram na vida destes adolescentes. Não, não foi só a família que foi negligente, não, não foi só o desemprego que afetou pai e mãe, ou a droga que consumiu lentamente as vidas dos pais, não, não foi apenas isso, foi muito mais do que isso: a escola atou uma mó ao pescoço de tantos adolescentes “em risco e em perigo” (como dizem os normativos) que apenas precisavam de ser ouvidos, compreendidos, escutados, muito antes de aprenderem o que quer que seja, pois do que necessitam é de um pouco de humanidade, de um pouco de esperança no meio de tanto desespero, de se libertar um pouco da colagem a essas desgraças ou, pelos menos, de contar com quem ajude a aliviar os fardos das suas vidas já muito pesadas - e ainda são tão crianças!

² Les invisibles.

Uma mó feita de retenções sucessivas, de mudanças compulsivas de escola, de ordens permanentes de saída da sala de aula, de medidas disciplinares sucessivas, de suspensões e outros castigos, da canalização para “grupos especiais”, para turmas de inensináveis e incorrigíveis, mesmo que isso se chame apoio educativo ou “estratégias de inclusão”. A criança e o adolescente debilitados pelas suas histórias de vida já desgastantes, não aguentam e a mó escolar leva-os para onde a escola quer que eles vão, para a margem, onde ficam depositados, sem possibilidade (sequer legal) de resgate.

E mais! Como eles não podem não ir à escola e continuam hipocritamente matriculados em alguma escola, pois estão legalmente obrigados a estar matriculados numa escola até aos 18 anos, o que quer isso signifique de humanidade ou de crueldade, são eles que ficam em falta diante de toda a sociedade e têm de “passar à clandestinidade”.

Esta dupla penalização pode ser de uma crueldade enorme e muitos diretores e professores sabem que ela existe, praticam-na, mas de um modo cada vez mais naturalizado, quase inocente, como se tivesse de ser assim mesmo e não houvesse outros modos mais humanos de educar. Educar todos e cada um! Como estamos a participar na corrupção desta tão nobre missão da escola!

O Mário quando começou a ter problemas em sua casa, um irmão com deficiência e ambos os pais desempregados, sem dinheiro para pagar a renda de casa, após a conclusão do 1º ciclo do ensino básico e na sequência lógica da exteriorização da enorme insatisfação e desespero que sentia, teve “como prémio” escolar cinco reprovações seguidas no 6º ano de escolaridade, com duas mudanças de escola pelo meio!

Temos de falar uns com os outros, sem medo e sem recriminações, sobre os maus-tratos escolares, sobre a violência e a injustiça que as instituições escolares, sobretudo algumas, exercem sobre os alunos. Temos de aprender, juntos, a percorrer o caminho ao contrário: passar da injustiça e dos maus-tratos para a justiça e para a promoção da humanidade de cada um. O caminho é o mesmo, não há outro, mas o seu sentido é o inverso. Onde abunda a desgraça, abunda a graça e é por aí que temos de seguir, descobrindo que, como fazemos no Arco Maior e como diz Luigino Bruni³, afinal, na parte de trás de cada placa ou sinal da estrada escolar, que nos levou a rejeitar e abandonar estas crianças e jovens, existem outras inscrições e sinais que, andando em sentido contrário, conseguimos ver e que nos convidam à hospitalidade, à proximidade, ao amor, à flexibilidade das propostas educativas, à luta e à beleza da elevação de cada um a novos expoentes de vida e de dignidade.

A escola deve e pode acolher todos e cada um. Não há nada que torne isso impossível ou extraordinariamente difícil. Só temos de inverter o sentido do caminho que conduziu à injustiça escolar, percorrendo o da justiça. Uma escola universal e obrigatória, dos 0 aos 18 anos, que felizmente já acolhe todos os portugueses, tem também de ser justa, não pode depois massacrar uma franja dos cidadãos apenas porque são pobres e vivem dramas familiares, porque passam por momentos de maior instabilidade e medo, porque não aprendem ao ritmo dos outros ou até já nem conseguem ouvir os adultos que lhes falam, porque vivem inebriados consigo mesmos sem ninguém que os ampare e corrija

³ Luigino Bruni, “La piu grande reciprocita” In Avvenire de 27 de agosto de 2017.

nesse deslumbramento fatal ou porque são apenas sobreviventes com 12 ou 14 anos! Aí é que a instituição educativa o é ou não é.

E a justiça escolar é dar a cada um aquilo de que cada um precisa, a seu tempo e a seu modo, para adquirir os conhecimentos e competências necessárias e para se desenvolver com a dignidade imprescindível que representa fazer brotar, em cada um e com cada um, a humanidade e a beleza que o/a habita.

É o software escolar que está errado, pois ele foi escolhido em função de uma escola seletiva, elitista, desencarnada da humanidade de que somos feitos, tecnicista, autojustificada, fabril como uma linha de montagem que rejeita as maçãs que não têm uma dada medida standard. É a programação da maquinaria escolar que está profundamente errada (ou a “gramática escolar”, como diz Tyack). Ou seja, podemos fazer diferente, temos de aprender a fazer diferente: continuar a acolher todos, mas promover cada um, colocando aí todo o nosso empenho profissional, toda a energia política, toda a nossa capacidade de amar.

Reconheço, como muitos outros, que precisamos de enfrentar juntos este caminho que é de desgraça e de graça, de rejeição e de hospitalidade, andando na estrada agora ao contrário. Quando pensávamos que o tempo da escola seletiva, madrastra, violenta e injusta tinha acabado, porque o tempo e o caminho instituído agora é o da democracia, em que todos têm lugar na escola, eis que descobrimos que nos enfiámos por um atalho e que há muito mais caminho a fazer, invertendo o rumo, mas sustentados agora numa pedagogia da misericórdia (Azevedo, 2016). E só juntos o podemos fazer, nos vários planos da ação cultural, social e política.

Lei, justiça e amor

Acreditamos e ainda bem, no poder das leis justas e de uma sociedade de direito, com regras constitucionais que salvaguardam os direitos pessoais (naturais) e sociais de cada ser humano.

Acreditamos numa LBSE e em tantas normas que se lhe seguiram, que apontam para uma escola justa, promotora de uma cultura escolar acessível a todos e a cada um.

Mas a certa altura, é preciso percebermos também que cumprir a lei não basta, pois por entre os nossos dedos, na nossa voz e nas atas das nossas reuniões, dizemos e escrevemos o que pode haver de mais cruel e injusto. As instituições autoprotegem-se e os profissionais de ensino também. Criam uma cortina de fumo sobre as dificuldades que enfrentam e encobrem a realidade nua e crua. Ao fazê-lo, são profundamente injustas para uma parte dos cidadãos-alunos. O que faz, de facto, um jovem, mesmo com 18 anos, sem o 6º ano e sem o 9º ano, se nem sequer se pode empregar? Se isto não é a margem o que é a margem?

Cumprir a lei é insuficiente, temos de impregnar os nossos atos e pensamentos com a justiça.

E, tantas vezes, verificamos que praticando a justiça, no sentido de darmos a cada um aquilo que ele precisa, não chegamos ao ponto de o/a levantar do chão, de lhe criar as condições para que ele mesmo ou ela mesma se ergam por si mesmos, para que tenham músculo suficiente para reorientarem as suas decisões, as suas prioridades, a sua vida.

É então que, por vezes, tão tarde, tão demasiadamente tarde, descobrimos que só o amor pode fazer esse milagre. E faz!

Isso posso assegurar-vos! O amor, temperado com a justiça e fundado na lei da comunidade, faz milagres. Onde havia um condenado à margem, por vezes muito lentamente, começa a despertar um ser livre, mais alegre e vivo, apto então a aprender e a adquirir competências necessárias ao viver em comum, a vir a ter um trabalho, quem sabe a constituir uma família e a exercer uma cidadania digna.

A verdadeira educação exige a justiça, mas vai mais além da justiça que deriva da lei. Somos chamados a acolher cada um como é e não como gostaríamos que fosse, a respeitar a liberdade do outro, a estar disponíveis (servo) para percorrer um caminho juntos.

A Isaura esteve connosco quatro anos, quando lhe bastaria um ano para adquirir o 9º ano e se fazer à vida. Teve um percurso de vida muito difícil, com abandono familiar e dependência de drogas. Tinha períodos longos de absentismo, com promessas de cumprimento das regras e com falhas consecutivas e recomeços sem fim. Mas nunca desistimos dela, de lhe ligar todos os dias: "não vens hoje? o que se passa? Podemos ajudar-te? Estamos sempre aqui disponíveis para te acolher. Vem, vais ver que isto pode resultar!". E ela voltava de vez em quando e voltava a fazer asneira ou simplesmente a desaparecer. Nós inquietos, inexperientes, quase desesperados. E ela voltava e desaparecia. E assim andou durante quatro anos. Até que um dia respondeu que vinha para fazer o que era preciso ser feito. E regressou para fazer o que tinha de fazer, porque nas suas palavras "vocês nunca desistiram de mim", porque "sempre me perdoaram e me deram força para eu avançar". E fez-se à vida e arranjou uma ocupação.

Sim, só no Arco Maior e em casos como este, é que percebi o que quer dizer estar preparado para perdoar não sete vezes, mas setenta vezes sete. Quase literalmente setenta vezes sete! Perdoar, numa instituição-projeto de educação, como é o Arco Maior, não significa deixar andar, ser laxista e aceitar tudo, não. É ser muito exigente, trabalhar muito duramente, de queda em queda, de recomeço em recomeço, fazendo de cada queda ou incumprimento de regras (estabelecidas semanalmente em assembleia com os jovens) uma ocasião educativa de reflexão e daí partir para um recomeço, sempre mais um, pois onde sempre há recomeços a esperança não morre, mesmo aprisionada dentro de vidas tão duras! E depois fazer de novo o caminho, sem esmorecer, para chegar ao dia em que, ou perdemos de vez o/a jovem, ou o/a jovem se ganha a si mesmo e lá vai, estrada fora, pelas suas pernas, como a Isaura, que arranjou um emprego, encontrou um namorado e acabou de ter uma menina.

Não está tudo feito, de modo nenhum, mas o principal que tinha de ser feito, naquele momento, em termos de lei, justiça e amor, foi feito. E é isso, não é a treta dos discursos e das retóricas, que faz a diferença.

O amor é performativo ou não é. O amor são olhos, mãos e obras. O amor é paciência e humildade.

("Não amamos com palavras e com a língua, mas com obras e em verdade", 1 Jo 3, 18)

Como bem sabemos, há séculos, "o amor é paciente, é bondoso, não é orgulhoso, não é arrogante, nem escandaloso. Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. O amor tudo desculpa, tudo crê, tudo espera e tudo suporta (1 Cor, 13, 1-10).

Para terminar:

E nós, que sabemos muito de leis e algo sobre justiça, sabemos afinal tão pouco sobre a hospitalidade e o amor!

Somos, afinal, tão vulneráveis e frágeis, no nosso ser e saber profissional, como os jovens que acolhemos e escutamos. Na verdade, a vulnerabilidade humana é ontológica e a luta pela dignidade humana também o é. Todos e cada um lá chegam, tendo a “educação amorosa”, de que falava Paulo Freire, como esteio principal.

No Arco Maior, aprendemos muito, diariamente, muito sobre a humanidade dos seres humanos e por isso somos hoje mais humildes e pacientes, ouvimos muito e falamos pouco (aos berros eles ganham-nos sempre e desse modo não abrimos portas, só as fechamos), nunca baixando a guarda da exigência e do rigor educativos em tudo o que fazemos.

Hoje somos melhores pessoas. Quando dizíamos, no Arco Maior, que “a ternura cura”, ainda não tínhamos percebido que aquilo que dizemos sobre os jovens aplica-se também a nós, educadores e adultos: nós curámo-nos e somos lavados na mesma água que cura. Hoje somos melhores pessoas e melhores profissionais. E vivemos alegres (tem dias!) e acredito que amanhã, partilhando estes sofrimentos e as tentativas sucessivas de sarar as feridas, ainda vamos ser melhores pessoas e mais alegres.

E isso basta, ou seja, o amor tudo pode, tudo alcança, tudo renova.

E isto é, para mim, a essência do que é ser Igreja e ser seguidor de Jesus Cristo. Como diz a “Deus caritas est” (nº 25) “Para a Igreja, a caridade não é uma espécie de atividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, **é expressão irrenunciável da sua essência.**”.

Cá estamos pois! E a pedir-vos que rezem por nós!

30 de janeiro de 2018.